

3 Fundamentação teórico-metodológica

O estudo da gramática de uma língua não pode dispensar o estudo da teoria e da metodologia lingüísticas.

Perini, 2007

Neste capítulo apresentamos os princípios que constituirão a base de nossa descrição dos sufixos avaliativos, tornando-a consistente e coerente com a língua em uso. Ele está dividido em três grandes subseções, das quais a primeira trata dos aspectos principais da teoria funcionalista de linguagem (Dik, 1989a) que fundamenta o trabalho; a segunda apresenta os conceitos da GFD (Hengeveld, 2004) que norteiam mais diretamente a análise dos dados, realizada no capítulo seguinte; e a última esclarece os aspectos metodológicos que perfazem a pesquisa.

Optamos por unir teoria e metodologia em um único capítulo porque não vimos sentido em dissociá-las, já que o método de análise do corpus está diretamente relacionado aos conceitos teóricos apresentados abaixo. Procuramos identificar tais conceitos no corpus selecionado e, com isso, extrair dele os dados que nos permitirão sistematizar o emprego dos morfemas avaliativos. Moura Neves explica que

em lingüística, como em outras ciências, diz Dik (1989b), há um inter-relacionamento essencial entre análise de dados e formação de teoria: uma análise adequada dos dados de alguma língua particular é impossível sem uma incursão teórica geral nos princípios que estão na base da estrutura e do funcionamento da língua em geral (1997, p.79).

Questões como o tipo de pesquisa, seus sujeitos, o recorte feito no corpus etc. estão esclarecidos no último item do capítulo.

3.1

A teoria funcionalista de linguagem (Dik, 1989)

Como nosso objetivo é analisar os sufixos *-(z)ão*, *-(z)aço* e *-(z)inho* sob uma ótica que leve em conta os interlocutores e todos os aspectos relacionados à situação de fala, fundamentamo-nos na teoria funcionalista de linguagem, uma vez que concebe a língua como indissociável desses fatores externos à estrutura gramatical.

Colocando à parte as peculiaridades que marcam os diversos modelos funcionalistas, é importante ressaltar as similaridades que os colocam dentro de uma mesma visão de linguagem. Segundo Moura Neves,

apesar das reconhecidas diferenças, admite-se a existência de um denominador comum que pode ser rastreado nas diferentes proposições existentes, de tal modo que é possível a caracterização básica do que seja uma teoria funcionalista da linguagem (1997, pp.1-2).

Essa teoria funcionalista de linguagem é caracterizada fundamentalmente pela crença de que a estrutura das línguas é determinada pelos papéis que têm de exercer nas sociedades em que operam. De acordo com a concepção funcionalista de língua,

a gramática não pode ser entendida sem referência a parâmetros como cognição e comunicação, processamento mental, interação social e cultura, mudança e variação, aquisição e evolução. A gramática funcional, aponta Nichols (1984, p.97), embora analise a estrutura gramatical, inclui na análise toda a situação comunicativa: o propósito do evento de fala, seus participantes e seu contexto discursivo (Moura Neves 1997, p.3).

Este é um dos princípios centrais da teoria de linguagem que adotamos para o desenvolvimento deste trabalho: o sistema lingüístico e suas peças são indissociáveis das funções que têm de exercer. Se entendemos os sufixos avaliativos como peças do sistema lingüístico, não podemos dissociá-los de suas funções.

Segundo a teoria funcionalista de linguagem proposta por Dik (1989a), o usuário de uma língua natural é muito mais complexo que se imagina, pois diversas funções humanas mais abstratas que a função lingüística estão envolvidas na comunicação. Resumidamente, a primeira delas é a função epistêmica, que dá conta da construção do conhecimento; a segunda é a lógica, que nos permite apreender conhecimento a partir de regras de raciocínio; a terceira, por sua vez, é a função perceptual, que nos torna capazes de perceber o ambiente e derivar conhecimento dele; e a última é aquela referente à capacidade de comunicação: por ela sabemos o que comunicar ao outro e como. De acordo com Moura Neves,

essas diferentes capacidades interagem estreitamente umas com as outras, produzindo cada uma delas um *output* que pode ser essencial para que as demais operem. Exatamente nesse sentido é que a gramática funcional é vista como uma teoria geral que diz respeito à organização gramatical das línguas naturais (1997, p.77).

A lingüística funcional (Dik, 1989) é referente a dois tipos de sistemas de regras: (I) aquele que contém as regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas que governam as expressões lingüísticas, e (II) aquele constituído pelas regras pragmáticas que regem os padrões de interação em que tais expressões são empregadas. O primeiro sistema é visto como instrumental em relação aos propósitos do segundo, afinal nessa teoria as expressões lingüísticas devem ser explicadas em função do sistema pragmático de interação verbal.

Portanto, a linguagem é concebida por Dik (1989) como aquele fator da competência comunicativa humana, pela qual estabelecemos relações utilizando expressões lingüísticas. É por isso que uma investigação da estrutura lingüística não deve contentar-se em descrever suas regras em si, mas sim em relação à sua funcionalidade.

3.1.1

O conceito de função

O conceito central que fundamentará nosso estudo é de o de função. A Sociedade Internacional de Lingüística Funcional (SILF) atribui ao termo *função* o significado de “papel, ou de utilidade de um objeto ou de um comportamento” (*ib.*, 4). A lingüista (*ib.*) explica que, segundo Martinet (1994, p.13), fundador da SILF, o termo *funcional* em lingüística faz referência ao papel que a língua desempenha na comunicação das experiências humanas. Halliday, também citado pela autora (1997, p.3), aprofunda essa concepção quando afirma que

a noção de função não se refere aos papéis que desempenham as classes de palavras ou os sintagmas dentro da estrutura das unidades maiores, mas ao papel que a linguagem desempenha na vida dos indivíduos, servindo a certos tipos universais de demanda, que são muitos e variados (1973a, p.104).

Na visão de Halliday e Firth, o sistema lingüístico é “como uma ‘rede’ de opções cujas funções controlam as operações de escolha e arranjo” (Moura Neves, 1997, pp.11-2). Essa multiplicidade funcional é refletida na organização interna da língua, portanto ao estudar a estrutura lingüística nos deparamos com as diversas necessidades que a linguagem supre. Nas palavras da própria lingüista (*ib.*), “a pluralidade funcional se constrói claramente na estrutura lingüística e forma a base de sua organização semântica e sintática, ou seja, lexical e gramatical”.

Halliday (1973), por exemplo, caracteriza a linguagem conforme o que ele designa como metafunções. De acordo com sua proposta, a primeira metafunção a que serve a linguagem é a *ideacional*, relacionada à expressão do conteúdo. Por meio dela, organizamos e incorporamos na língua nossa experiência dos fenômenos do mundo. A segunda metafunção é a *interpessoal*, quer dizer, utilizamo-nos da linguagem para participar do evento de fala: expressar nosso julgamento pessoal e estabelecer relações com o ouvinte. Assim, num contexto mais amplo, esse elemento serve ao estabelecimento e à manutenção dos papéis sociais, inerentes à linguagem. Por fim, há a metafunção *textual*, que diz respeito, como o próprio nome designa, à criação do texto:

por ela, a linguagem contextualiza as unidades lingüísticas, fazendo-as operar no co-texto e na situação: o discurso se torna possível porque o emissor pode produzir um texto, e o ouvinte ou leitor pode reconhecê-lo (Moura Neves, 1997, p.13).

Por fim, é importante observar que o termo *função*, em lingüística, pode referir-se tanto ao propósito do uso (ou seja, à intenção do falante) quanto a seu efeito. Além disso, existem funções com baixo nível de abstração, as imediatas, e existem aquelas com alto nível de abstração, chamadas de mediatas (Garvin e Mathiot, 1975, p.150).

3.1.2 A gramática funcional

Em termos gerais, entendemos por gramática funcional (GF) uma organização estrutural das línguas naturais que busca relação com o contexto social de interação entre os falantes. Assim, podemos afirmar que a gramática funcional é acessível às pressões do uso e considera fortemente a competência comunicativa, isto é, a capacidade que o falante-ouvinte tem de usar e interpretar expressões de forma satisfatória dentro da interação, e não somente de codificá-las e decodificá-las. Moura Neves observa que

a expressão *competência comunicativa* é geralmente relacionada com Hymes (1974), que justamente propunha acrescentar ao processo tradicional de descrição gramatical a descrição das regras para o uso social apropriado da linguagem (1997, p.15).

O que difere a GF da gramática estrutural ou formal é o reconhecimento de que a linguagem não é um fenômeno isolado, mas, ao contrário, presta-se a uma diversidade de propósitos, dos quais “comunicar um conteúdo” é apenas um. Segundo Camacho (1994, p.34), a noção de linguagem como ação cooperativa entre falantes-ouvintes opõe o modelo funcionalista de gramática àquele modelo

estruturalista ou formalista, que toma a língua como um sistema estável, objetivo e externo ao sujeito. Enfim, a GF leva sempre em conta o emprego das expressões lingüísticas dentro da interação verbal, ou seja, pragmatiza os componentes que constituem a estrutura lingüística.

3.1.3 Língua e interação

Segundo Dik (1978, p.1; 1989, p.3), na perspectiva funcional, a língua é tomada primeiramente como instrumento de interação social, isto é, tem como principal função estabelecer relações comunicativas entre seus usuários. Nessa interação verbal, os interagentes possuem informações pragmáticas que os levam a atribuir determinadas interpretações às expressões lingüísticas. Moura Neves aponta que “a relação entre a intenção do falante e a interpretação do destinatário é *mediada*, mas não *estabelecida*, pela expressão lingüística” (1997, p.20). Para o destinatário, a interpretação será apenas parcialmente baseada no conteúdo da expressão lingüística em si, pois ele já possui informação anterior por meio da qual a interpreta. Para o falante, portanto, a expressão lingüística não precisa verbalizar plenamente sua intenção, pois o conhecimento que ele tem acerca da informação que o destinatário possui no momento da interação torna suficiente uma expressão lingüística parcial.

Por conta disso, Dik (*ib.*) afirma que a lingüística precisa investigar esses dois tipos de sistemas: o propriamente lingüístico, com suas regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas, e o pragmático, com seus padrões de interação verbal em que língua é utilizada.

3.1.4 Sistema e função

Mackenzie (1992) explica que a hipótese fundamental da GF é a existência de uma relação não-arbitrária entre o uso e a estrutura da língua, ou seja, entre função e sistema lingüísticos. Isto quer dizer que ela busca entender as regularidades existentes dentro da língua, decorrentes das circunstâncias em que é

usada. Dessa forma, ocupa um espaço entre as abordagens lingüísticas que defendem apenas a sistematicidade da língua e aquelas que dão conta somente de sua instrumentalidade. O autor (*ib.*) ressalta que isso não significa que a GF abarque tanto as teorias gramaticais quanto as pragmáticas, mas que relaciona construções lingüísticas a aspectos pragmáticos.

Para ele (*ib.*), investigando o sistema lingüístico, encontramos fatores funcionais. A perspectiva funcionalista de linguagem não considera suficiente uma descrição da estrutura da língua que não faça referência aos interagentes, seus papéis e posições dentro da situação de interação, marcada socioculturalmente.

3.1.5 Os componentes da língua

Qualquer paradigma funcionalista de linguagem integra os diversos componentes da língua: fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática. Sob essa perspectiva, a gramática não é uma simples lista de campos funcionais autônomos. Ao contrário, é internamente estruturada como um organismo, dentro do qual alguns subsistemas estão mais intimamente relacionados que outros, e no qual há uma organização hierárquica.

Como vimos, na concepção funcionalista de língua o componente discursivo é considerado dentro da própria gramática, ou seja, admite-se uma comunicação plena entre discurso e gramática. Para Givón (1979b), funcionalista extremado, a estrutura da linguagem só pode ser compreendida adequadamente se a função comunicativa for levada em conta. Ele (*ib.*) critica dissociação da “competência” lingüística do falante-ouvinte em relação à sua “atuação” comunicativa dentro da sociedade, e chega a sugerir que as propriedades estruturais das línguas nascem de suas propriedades discursivas. Nas palavras de Du Bois, “a gramática é feita à imagem do discurso (...), [mas] o discurso nunca é observado sem a roupagem da gramática” (1993a, p.11).

Moura Neves (1997, p.30), com base em Auwera (1989), afirma que a gramática funcional talvez seja o modelo gramatical que mais integra a pragmática na gramática. Com isso, esse modelo supera o problema resultante da desconsideração do contexto social na interação lingüística.

3.2

A gramática funcional do discurso (Hengeveld, 2004)

A nova arquitetura, denominada Gramática Funcional do Discurso, representa um avanço significativo para o enfoque funcional.

Camacho, 2006

A gramática funcional do discurso (GFD) é um novo projeto para a GF, recentemente proposto por Hengeveld (2004a; 2004b), que acomoda o discurso como elemento integral e fortemente significativo. Segundo Camacho (2006, p.167),

apesar disso, é a gramática que interessa ao arquiteto desse novo esboço, uma gramática formalizada que incorpore fenômenos inerentes ao processamento do discurso entre os interlocutores e não exatamente a elaboração de um novo modelo de análise do discurso.

A GF é um modelo voltado explicitamente para a construção de um sistema de representação formal, marcado pelo uso de variáveis, níveis e módulos para caracterizar a função comunicativa da linguagem. Assim, aspectos comunicacionais são integrados à própria arquitetura do modelo formal. Camacho (*ib.*, p.168) explica que até meados da década de 1980, essa representação formal era monoestratal, isto é, a oração era organizada em camadas na perspectiva horizontal e continha apenas três componentes básicos: constituintes formados por itens lexicais, categorias e funções. Em 1987, Hengeveld apresenta uma organização vertical da oração, com níveis diferentes para dois diferentes aspectos da linguagem, o interpessoal e o representacional.

A partir da década de 1990, grande parte da pesquisa realizada com base na GF passou a expandi-la de uma gramática da sentença para uma gramática do discurso. Nas palavras do lingüista (2006, p.170), “a primeira abordagem do discurso descrita em Hengeveld (1997) vê o discurso mais como um nível

adicional (ou conjunto de níveis) acima da oração”. Tal perspectiva é denominada de *upward layering*, ou organização em camadas ascendentes.

Muitos estudiosos da GF propuseram uma distinção entre gramática e discurso mais radical que a postulada por Hengeveld (1997), afirmando que o discurso deveria ser colocado em um módulo à parte. Dessa forma, além da proposta de um módulo próprio do discurso opondo-se ao módulo da sentença, argumentou-se que a menor unidade da hierarquia discursiva, chamada de ato, não equivaleria obrigatoriamente à oração, afinal fatores extra-oracionais também podem constituir atos do discurso.

Hengeveld (2004a) apresenta várias razões para que a GF estenda-se da sentença para o discurso. A primeira delas é o fato de que muitos fenômenos da língua só podem ser entendidos em termos de constituintes maiores que a sentença. Outra razão é a existência de diversas expressões lingüísticas menores que a sentença, que, no entanto, agem como enunciados completos e autônomos dentro do discurso, como, por exemplo, elipses, exclamações e vocativos.

Para o lingüista (*ib.*), um modelo adequado de gramática do discurso implica uma organização em camadas, que se expanda até o nível do discurso, além do reconhecimento de diferentes perspectivas de análise. Com isso, a GFD é modular e ao mesmo tempo hierárquica, operando de cima para baixo (modelo conhecido como *top-down*). Nas palavras de Camacho, isto quer dizer que

as decisões nos níveis e nas camadas superiores não apenas determinam e restringem as possibilidades nos níveis e camadas inferiores, mas também que um modelo de gramática é tanto mais efetivo quanto mais sua organização se assemelhar ao processamento lingüístico do indivíduo (2006, p.171).

Hengeveld (2004a) levanta a necessidade de um sistema gramatical com três níveis: o interpessoal, o representacional e o estrutural, cada um constituindo um módulo próprio e internamente organizado em níveis. Para Camacho, “desse modo, Hengeveld combina os melhores aspectos das abordagens anteriores” (2006, p.171). O reconhecimento de um componente contextual e de um componente cognitivo, contendo elementos fundamentais do contexto com que aqueles três módulos interagem foi também outro passo importante.

O nível interpessoal circunscreve os aspectos formais que refletem a função de um elemento lingüístico na interação entre os falantes. Sabemos que

cada falante utiliza uma estratégia, conscientemente ou não, para alcançar seus propósitos comunicativos. Na GFD, o nível interpessoal aponta como essa estratégia é efetuada em relação aos objetivos do falante quanto a seu interagente. O nível representacional, por sua vez, dá conta dos aspectos formais que traduzem a função de uma unidade lingüística ao estabelecer relação com o mundo que ela descreve, independente de como é utilizada na comunicação. Essa utilização é do âmbito do nível interpessoal, que trata das funções das unidades lingüísticas. Não trataremos do nível estrutural, afinal nosso trabalho foca apenas aqueles dois primeiros estratos, que aliás são os níveis de destaque do modelo, segundo Camacho (*ib.*).

Tanto a GF quanto seu modelo sucessor, a GFD, seguem princípios de adequação pragmática e psicológica, uma vez que lançam luzes sobre a relação entre a instrumentalidade do sistema lingüístico ao estabelecer elos comunicativos, e compreendem as restrições cognitivas gerais acerca da produção e da interpretação do discurso. A GFD é, como a GF, fundamentalmente uma teoria lingüística não-transformacional, segundo a qual manifestações da língua são geradas por regras de expressão que, por sua vez, operam sobre representações subjacentes. Estas representações caracterizam ligações funcionais entre lexemas embutidos em níveis hierarquicamente organizados. Em suma, o que caracteriza a nova proposta é o deslocamento do centro do predicado para a pragmática, e a propagação da representação subjacente para os níveis interpessoal, representacional e estrutural.

Sabemos que os falantes de línguas naturais não se utilizam de frases isoladas, mas as inter-relacionam em longas e complexas sentenças, constituindo o que Dik conceitua como discurso. Segundo Levelt (1989), a produção da fala se dá com base em um esquema conhecido como *top-down*, isto é, partindo da intenção do falante, passando pela formulação, depois pela codificação, então pela articulação e chegando, finalmente, à expressão (cf. Modesto 2006).

Como vimos, a GFD toma como componentes essenciais o conceitual (nível representacional), o contextual (nível interpessoal) e o estrutural (nível da expressão). Esses três níveis propostos por Hengeveld (2000) dão suporte, respectivamente, às funções semânticas, às pragmáticas e às sintáticas. Assim o

lingüista estabelece uma proposta que leva em conta estratégias discursivas até então não esquematizadas formalmente.

3.3 Aspectos metodológicos da análise

Como já mencionamos, o foco de nossa análise será atuação dos sufixos avaliativos nos níveis interpessoal e representacional da GFD, por isso abordaremos mais os aspectos semânticos e os ilocucionais do que os morfológicos e estruturais. Procuraremos, com isso, mostrar a variedade de usos e valores expressos pelos morfemas *-(z)ão*, *-(z)aço* e *-(z)inho* encontrados no corpus selecionado. Para tanto, a análise partirá dos componentes não-lingüísticos até chegar aos lingüísticos, fazendo jus à organização hierárquica descendente (ou *top-down*) do modelo de gramática apresentado.

Uma vez que procuramos compreender aquele aspecto lingüístico em profundidade, optamos por uma metodologia qualitativa de pesquisa, que trabalha com descrições, comparações e interpretações, ao invés de quantificações estatísticas. Nosso corpus é constituído de duas longas entrevistas, realizadas pela versão eletrônica da *Revista Caros Amigos*, especificamente por uma edição especial, intitulada *As Grandes Entrevistas*. A primeira e mais recente delas (2008) é com nosso presidente Lula, entrevistado por Sérgio de Souza, José Arbex Jr., Verena Glass, Carlos Azevedo, Márcio Carvalho, Wagner Nabuco, Fernando do Valle, Aziz Ab'Saber; e a segunda, de 1998, foi com o filósofo e teólogo Leonardo Boff, entrevistado por Frei Betto, Sérgio de Souza, Ricardo Kotscho, Leo Gilson Ribeiro, Marina Amaral, Carlos Moraes, Roberto Freire, Sérgio Pinto, Chico Vasconcellos e João Noro. Optamos por este material pelas seguintes razões: ele nos oferece uma amostra autêntica do português padrão utilizado pela classe média brasileira, mostra vários falantes interagindo em uma mesma situação e é publicado sem edição, quase como uma transcrição da fala.

Ambas as entrevistas estão apresentadas integralmente no Capítulo 7, com suas linhas numeradas e com as formas avaliativas destacadas em vermelho. Na seção de análise dos dados, apresentamos apenas os trechos em que essas formas aparecem. e indicamos a linha em que se localizam, para possíveis consultas ao

material completo. É importante apontar que não fizemos nenhum tipo de edição ou de correção do português nesse material, apenas o formatamos conforme as normas de apresentação da dissertação. As duas entrevistas são mostradas, portanto, exatamente como foram encontradas no site, afinal se as modificássemos, estaríamos ferindo sua autenticidade.